

O CONFLITO ESTÁ NO AR: POVOS DA FLORESTA E ESPOLIAÇÃO SOB O CAPITALISMO VERDE

*Elder Andrade de PAULA**
*Maria de Jesus MORAIS***

RESUMO: O ano de 2011 foi marcado por dois eventos que traduzem com razoável clareza os conflitos em torno da apropriação dos bens naturais sob a insígnia do capitalismo verde. O primeiro foi marcado pela designação, por parte da ONU, de **ano internacional das florestas** e, a publicação de dois documentos de autoria da FAO e ITTO que apresentam de forma mais acabada as diretrizes para a exploração sustentável das florestas. Além da extração de madeiras e produtos da biodiversidade, institui o Pagamento por Serviços Ambientais-PSA. O segundo foi a reação dos **povos da floresta** em varias regiões do Planeta contra essa nova forma de espoliação. O presente artigo tem como objetivo analisar esses conflitos, tomando com referência a fronteira tri-nacional Brasil/Bolívia/Peru. A análise está apoiada nas pesquisas que desenvolvemos e as conclusões mostram que longe de assegurar direitos territoriais conquistados pelos **povos da floresta** esses direitos estão sendo usurpados.

PALAVRAS-CHAVE: Povos da floresta. Amazônia. Conflitos socioambientais. Capitalismo Verde.

Introdução

Após a realização de mais uma Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, com ênfase na crise climática, a **Rio +20**, a palavra que mais se viu e ouviu no aparato midiático foi a de que se tratou de um

* UFAC – Universidade Federal do Acre. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Rio Branco – Acre – Brasil. 69.920-900 – elderpaula@uol.com.br

** UFAC – Universidade Federal do Acre. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Rio Branco – Acre – Brasil. 69.920-900 – mjmorais@hotmail.com

fracasso. Em linhas gerais, esse apressado diagnóstico apontou como evidências desse fracasso o conteúdo evasivo do texto aprovado no final da Conferência, bem como, no relativo desprezo dispensado por chefes de governo e de Estados (especialmente dos EUA e países da Europa ocidental) expresso na ausência dos mesmos no referido evento.

Um exame mais cuidadoso do **Documento Final da Conferência** nos sugere exatamente o oposto. Isto é, a Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável foi exitosa nos seus propósitos essenciais: ocultar a crise econômica global¹ e reiterar o esverdeamento do capitalismo como solução para os problemas de ordem econômica, social e ambiental. O modo como articulou a ideologia do desenvolvimento sustentável com a sua tradução material, a “economia verde”, logrou efetivamente dirimir as dúvidas sobre eventuais antagonismos entre ambos, como mostra a formulação a seguir,

La economía verde en el contexto del desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza. Afirmamos que cada país dispone de diferentes enfoques, visiones, modelos y instrumentos, en función de sus circunstancias y prioridades nacionales, para lograr el desarrollo sostenible en sus tres dimensiones, que es nuestro objetivo general. A este respecto, consideramos que la economía verde en el contexto del desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza es uno de los instrumentos más importantes disponibles para lograr el desarrollo sostenible y que podría ofrecer alternativas en cuanto a formulación de políticas, pero no debería consistir en un conjunto de normas rígidas. Ponemos de relieve que la economía verde debería contribuir a la erradicación de la pobreza y el crecimiento económico sostenible, aumentando la inclusión social, mejorando el bienestar humano y creando oportunidades de empleo y trabajo decente para todos, manteniendo al mismo tiempo el funcionamiento saludable de los ecosistemas de la Tierra. (NACIONES UNIDAS, 2012, p.10).

O parágrafo supra expressa a concretização do que Silvia Ribeiro (2011) denominou como “novo acordo verde global” proposto em 2008 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente-PNUMA. Em linhas gerais, continua a referida autora, esse “acordo verde” planeja enfrentar a crise financeira e climática redirigindo as inversões para o “capital natural”, ofertando estímulos fiscais para empresas voltadas para a produção de “energias limpas” e também

¹ Conforme lembrou Alejandro Nadal (2012), o Documento Final da Conferência “[...] no menciona ni una sola vez la crisis económica y financiera global. Poco importa que la crisis ya se ha convertido en la Segunda Gran Depresión [...]”

para ampliar os mercados de carbono (RIBEIRO, 2011). Em suma, queremos chamar atenção para o fato de que o **Documento Final da Conferência** não deve ser interpretado como conjunto de formulações evasivas a respeito do futuro, mas sim, como tentativa de legitimação daquilo que já se faz em termos de esverdeamento do capitalismo.

Neste artigo², tratamos de refletir sobre as repercussões desse fazer nos territórios e na vida dos povos indígenas e populações camponesas que tem a floresta como sua morada no mundo. Valemo-nos para tanto, da análise da reterritorialização capitalista em curso na Amazônia Sul Ocidental, mais precisamente, a tríplice fronteira formada pelos departamentos de Madre de Dios/Peru, Pando/Bolívia e o estado do Acre/Brasil. Essa reterritorialização ocorre em um momento marcado, por um lado, pela intensificação das disputas de ordem geopolítica em torno do controle dos bens naturais estratégicos para a continuidade do processo de acumulação capitalista em escala global, por outro, pelo crescimento das pressões contra a destruição ambiental geradas nesse processo. Neste cenário, procura-se apresentar como única alternativa para a humanidade a adoção de mecanismos capazes de compatibilizar lucratividade do capital com a conservação da natureza.

Desse modo, logrou-se a construção de um “consenso ativo”, nos termos propostos por Gramsci (1978), em torno do “capitalismo verde”, denominado recentemente pela ONU como “economia verde”. De acordo com o Relatório publicado pela ONU em 2011 *Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication*, a “economia verde” se caracterizaria por possuir, entre outros traços, o reconhecimento do valor do capital natural e investimento nele, a promoção e utilização mais eficiente de recursos e energia; conservar e recuperar o capital natural e contribuir para a redução da pobreza. A aplicação desses princípios em termos de políticas públicas como aquelas voltadas para o incentivo da exploração madeireira via “Planos de Manejo Florestal Sustentável-PMFS” e Pagamentos por Serviços Ambientais-PSA, tem gerado enormes conflitos com os povos da floresta. Esses conflitos começam a desvendar os enigmas da espoliação³ adaptada ao capitalismo verde.

² A base de dados provém do acúmulo de pesquisas que temos realizado e mais especificamente, de uma pesquisa recente, denominada “Causas diretas e indiretas dos desmatamentos nas florestas tropicais na América Latina e Caribe” apoiada pelo Movimento Mundial pelas Florestas – WRM (sigla em inglês).

³ Valemo-nos em nossa análise da formulação de Harvey (2004) segundo a qual a acumulação via espoliação se caracterizaria de uma maneira geral como uma forma de recrudescimento da “acumulação primitiva”, materializada, sobretudo, na precarização das relações de trabalho.

As florestas como objeto de desejo

Nas últimas quatro décadas, as florestas amazônicas e os povos que nelas vivem experimentaram os dissabores de duas ordens distintas de agressões. A primeira se deu no curso da expansão capitalista capitaneada pela ditadura militar no pós 1964, momento em que as florestas foram consideradas um obstáculo à modernização. O conjunto de políticas e estratégias de desenvolvimento instituídas no âmbito do Estado preconizavam a substituição das florestas e da economia extrativista subjacente por uma agricultura pautada nos cânones da revolução verde. O rastro de destruição ambiental, expropriação e crimes contra os povos indígenas e comunidades camponesas são bastante conhecidos e constituíram-se em inúmeros estudos no âmbito das Ciências Sociais⁴ por isso não nos ateremos a eles aqui.

A segunda onda de agressão às florestas e aos povos que nelas vivem teve seu início marcante na **Rio 92**, isto é, na Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Esta nos parece mais perversa e perigosa do que a primeira, porque não aparece com a sua face real de um modelo de produção destrutiva, mas sim, ocultada sob símbolos da **conservação ambiental** veja-se aquela amável carinha do ursinho Panda usada pelo WWF como seu logotipo. Neste caso, todavia, diferentemente do que ocorreu no período anterior, a produção no âmbito das Ciências Sociais na maioria dos estudos de casos, tem evitado as críticas mais relevantes.

Com essa assertiva, sugerimos explicitamente que a eficácia da ocultação da produção destrutiva deve-se tanto aos méritos da ideologia do desenvolvimento sustentável, mobilizada para esverdear o capitalismo, quanto à cumplicidade da comunidade científica com esse esverdeamento. Para compreendermos essas interseções faz-se necessário situá-las no contexto de ascensão do ambientalismo à agenda política internacional.

As preocupações com a poluição e outras formas de destruição e contaminação ambiental se traduziram em protestos e mobilizações crescentes a partir do final dos anos de 1960. As críticas aos efeitos do capitalismo e seu modelo de produção e consumo iniciadas no hemisfério Norte, em pouco mais de uma década, contagiam o hemisfério Sul. Neste último, a incorporação das questões relacionadas com as florestas tropicais e a sua progressiva e acelerada devastação, como as registradas na Amazônia brasileira, acabava por fechar o cerco. Isto é, mostrava que a produção destrutiva se processava tanto na ponta considerada mais desenvolvida quanto na menos desenvolvida do desenvolvimento capitalista.

⁴ Para aprofundar no assunto sugerimos as seguintes referências: Albert e Ramos (2002); Cardoso e Muller (1978); Leal (1991); Martins (1984); Oliveira (1989); Picoli (2006); Torres (2005); Velho (1979).

O chamado Relatório *Brundtland*, aprovado em 1987 no âmbito da ONU aparecia como a **luz no fim do túnel**. Ou seja, apresentava-se finalmente um conjunto de proposições consideradas adequadas para compatibilizar o desenvolvimento capitalista com a conservação ambiental. Surgiu assim o denominado “desenvolvimento sustentável”, definido genericamente no referido Relatório como aquele capaz de “assegurar as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras”. Esse enunciado impreciso e ambíguo, ao contrário de expressar uma fragilidade como assinalou Sachs (2000), constituiu-se a nosso ver em um dos seus trunfos. Sob essas ambiguidades, os acordos e convenções internacionais firmados até o presente (2012) tornaram-se tão flexíveis que abrangeram sem cerimônias a financeirização da natureza via economia verde.

Assim, nas duas últimas décadas adotou-se um conjunto de políticas e estratégias ditas conservacionistas para fins de readaptação da exploração da **cesta de bens naturais** contidas nos territórios florestais. Graças a uma forte articulação sinérgica entre grandes corporações transnacionais, organizações e agências multilaterais, governos e um vasto complexo de organizações no âmbito da sociedade civil, capitaneados por grandes ONGs internacionais, essas readaptações logram a obtenção de um formidável “consentimento ativo”, nos termos propostos por Gramsci (1978). Isto é, a nova fase da produção destrutiva capitalista passa a ser vista e aceita pelo senso comum como inovações voltadas para assegurar a proteção dos ecossistemas ameaçados.

Desse modo, o aprofundamento da mercantilização dos bens naturais assume a aparência de desenvolvimento sustentável. Para tanto, vale-se tanto do ocultamento das imposições emanadas do *hegemon* imperial – no sentido de instituir um marco regulatório padronizado nos Estados periféricos e semiperiféricos para o **uso sustentável** das florestas – quanto do aval da **ciência florestal**. Conta ainda com a colaboração e cumplicidade de grandes organizações conservacionistas internacionais. Especialmente na massificação da ideia de que a utilização dos recursos naturais devem sujeitar-se aos mecanismos de mercado, cabendo ao Estado tão somente a institucionalização do novo marco regulatório e cumprimento das funções de controle nele estabelecidos.

Em termos práticos essas reorientações normativas traduziram-se inicialmente duas iniciativas conjugadas: 1) Institucionalizar, regulamentar e intensificar o Manejo Florestal Sustentável–MFS⁵ com vistas a imprimir uma nova racionalidade na extração e exploração madeireira; 2) Promover um reordenamento territorial, incentivando entre outros, a criação de unidades de conservação para fins de uso

⁵ A OIMT caracteriza o MFS como processo de gerenciamento permanente de áreas florestais para atingir um ou mais objetivos claramente especificados de manejo, visando a produção de um fluxo contínuo de produtos e de serviços florestais desejáveis (ITTO, 1990).

sustentável na forma de propriedade pública estatal. Nessas unidades de conservação, o domínio formal pode ser de caráter comunal, comunitário e ou governamental. Todavia, em todas essas modalidades, as regulamentações de uso estão fortemente subordinadas aos interesses dos capitais privados, seja na forma de concessões florestais nas unidades de conservação de domínio governamental ou na adoção do MFS nas áreas de domínio comunitário e comunal.

Leis específicas com essa finalidade como aquelas que foram implantadas na Bolívia (1996), Peru (2000), Brasil (2006) e em diversos outros países latino americanos, garantem essa apropriação privada dos bens naturais. De acordo com a OIMT,

En América Latina y el Caribe, los pueblos indígenas y otras comunidades locales poseen extensas áreas de bosque. Brasil, por ejemplo, ha adjudicado 106 millones de hectáreas de la Cuenca Amazónica a comunidades indígenas y la mayor parte de estas tierras se han regularizado (lo que significa que se han asegurado todos los derechos correspondientes). Por otra parte, más del 50 por ciento de los bosques del Ecuador se encuentran bajo propiedad comunal o indígena, y existen también extensas superficies bajo control local en Bolivia, Colombia, Guatemala y México. (OIMT, 2011, p.19).

De acordo ainda com a OIMT (2011, p.15), aproximadamente 60% da produção de madeiras da OIMT nas florestas tropicais da América Latina e Caribe provém dessas unidades de conservação de domínio público e comunal. Esse dado mostra o avanço da apropriação privada dos bens naturais, neste caso a madeira, também naqueles territórios conquistados nas lutas de resistências de movimentos camponeses e indígenas nas duas últimas décadas. Nesse sentido, para mais além da apropriação do discurso crítico está em curso uma expropriação encapuzada pelo MFS em particular e a ideologia do desenvolvimento sustentável em geral.

Também no ano de 2011, designado como **Ano Internacional das Florestas** pela ONU, foi publicado outro documento de referência mundial sobre florestas. Trata-se de um Informe de edição bienal SITUACIÓN DE LOS BOSQUES DEL MUNDO (2011), de autoria da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação-FAO. Ao exemplo do que ocorreu nas oito edições anteriores, o referido Informe elegeu como tema chave “*Cambiar las vías de acción y, así, las vidas: los bosques como múltiples vías hacia el desarrollo sostenible.*” Tal como o documento supracitado da OIMT, esse Informe da FAO, intensifica as recomendações voltadas para a financeirização dos bens naturais – em fina sintonia com as orientações do Relatório do PNUMA (2010) – e reitera a interpretação das

Esses mecanismos voltados para aprofundar a mercantilização da natureza na forma de financeirização de bens naturais fazem parte de um conjunto de iniciativas que Lhoman (2012) denominou como “neoliberalização do clima”. Segundo ele,

Durante la última década, el comercio de emisiones se ha revelado como la pieza clave de las iniciativas mundiales para luchar contra el cambio climático [...] una serie de grandes empresas, organismos financieros, centros académicos, gobiernos, agencias de las Naciones Unidas e incluso grupos ecologistas comenzaron a promover un enfoque neoliberal y mercantilista frente al cambio climático, una corriente que surge principalmente de los Estados Unidos [...] El comercio de emisiones establece un marco para lidiar con los gases de efecto invernadero que garantiza los derechos de propiedad de los grandes consumidores de combustibles fósiles del Norte por encima de la capacidad de absorción de gases del planeta y a la vez genera nuevas o oportunidades de negocio y beneficio para las grandes empresas. (LHOMANN, 2012, p.20).

Em suma, com o exposto supra, queremos chamar atenção para o fato de que as recomendações e diretrizes apontadas pela OIMT e FAO voltadas para a exploração sustentável das florestas, para mais além da extração de madeiras, destinam-se a materializar essa neoliberalização e colonização do clima. Nesse sentido, a primeira grande batalha foi a de instituir marcos regulatórios e criar consenso em torno da virtuosidade da exploração madeireira, via MFS, para fins de **conservação dos ecossistemas florestais**. A segunda está em curso nas diversas iniciativas destinadas a impor o pacote completo do comércio de emissões via REDD e Pagamentos por Serviços Ambientais–PSA⁷, conforme mostra a seguinte matéria publicada no *Valor online* (CARBONO..., 2012).

Em função dos baixos preços da madeira no mercado, em parte consequência do grande volume de produto ilegal comercializado no país, empresas de exploração florestal tendem a buscar ganhos no mercado voluntário de crédito de carbono para compensar os custos das práticas sustentáveis [...] Após dois anos de trabalho em parceria com o grupo holandês 33 Forest Capital, a empresa concluiu em julho o registro e validação de um projeto de REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) para o lançamento de 3 milhões de créditos de carbono já disponíveis no mercado. A iniciativa resulta da estratégica de não criar gado em 27 mil hectares, correspondentes a uma parte dos 20% da propriedade

⁷ Uma elucidativa análise da natureza do PSA e seu significado no âmbito da “economia verde” está disponível em na publicação *World Rainforest Movement Monthly Bulletin* (2012).

fora da reserva legal, onde o Código Florestal permite desmatar para produzir. As emissões evitadas em dez anos produzindo madeira mediante manejo certificado, somam 9,4 milhões de toneladas de carbono [...]

A tríplice fronteira Brasil/Bolívia/Peru como laboratório da **economia verde**

Como sabemos, os atuais departamentos⁸ de Pando e Madre de Dios e estado do Acre, situados respectivamente na Bolívia, Peru e Brasil, tiveram suas delimitações fronteiriças entre esses três países no alvorecer do século XX⁹. O processo que impulsionou e definiu a delimitação desses territórios entre esses três países foi fortemente influenciado pela geopolítica do controle dos recursos naturais na virada do século XIX para o XX. A crescente demanda das indústrias nucleadas na Europa ocidental e EUA por borracha natural desencadeou uma corrida de capitais monumental em busca dessa nova matéria-prima. Dado que os territórios portadores de alta densidade da árvore produtora de látex (*Hevea brasiliensis*) estavam concentrados na Amazônia, a disputa pelo controle dos mesmos passou a ser essencial. “A entrada em cena do *Bolivian Syndicate* e a conflagração do conflito armado entre Brasil e Bolívia expressou bem a intensidade das disputas que envolviam o controle territorial naquele período.” (PAULA, 2011, p.42).

O *Anglo-Bolivian Syndicate* de Nova York foi a denominação de um cartel formado pela *United States Rubber Company* e grupos de capitais ingleses que tinha como objetivo assumir o controle do território do Acre mediante contrato firmado com o governo boliviano. Esse contrato assegurava ao *Bolivian Syndicate* a compra de toda a produção da borracha e, fatalmente, abriria as portas para intervenção dos EUA no Acre. Esse cartel reproduziria na Amazônia um “cancro colonial” no estilo daquele que marcou a dominação imperialista no continente africano. A rebelião acreana comandada pelo seringalista Plácido de Castro, somada à diplomacia liderada pelo Barão de Rio Branco, anexaria de vez o território acreano ao Brasil, o que inviabilizou as pretensões do *Bolivian Syndicate* (PAULA, 2011).

A formação da empresa extrativista nesses territórios foi marcada pela expropriação, genocídio e ou escravização dos povos indígenas, bem como pela migração dirigida de força de trabalho de outras regiões para Amazônia. O domínio privado de grandes latifúndios formados por extensos territórios

⁸ Departamento no Peru e Bolívia é o termo correspondente aos estados no Brasil.

⁹ Com o Tratado de Petrópolis de 1903, solucionou-se o conflito armado entre Brasil e Bolívia via anexação de uma parcela do território amazônico boliviano ao Brasil. Em 1909 seria assinado Tratado similar com o Peru. O atual estado do Acre é resultado da incorporação desses territórios (PAULA, 2011).

florestais inseridos nas relações mercantis definiu o tipo de exploração que assegurou a produção e o fluxo de borracha natural da Amazônia para os centros industriais. Com o advento da domesticação da borracha e dos monocultivos em larga escala no sudeste asiático – resultado do mais emblemático caso de biopirataria praticado pelos ingleses na Amazônia ainda no século XIX – e da descoberta da borracha sintética, a empresa extrativista entrou em crise irreversível.

Após algumas tentativas de revitalização do monoextrativismo da borracha natural entre as décadas de 1940-60, sob a ditadura militar (1964-84), o governo brasileiro tratou de liquidá-la em prol da **modernização** da Amazônia. Procurou-se assim tanto promover uma **integração nacional** quanto uma readaptação à nova divisão internacional do trabalho e a dinâmica de acumulação capitalista em escala planetária. A intensidade da destruição e dos conflitos produzidos sob essa nova investida de exploração capitalista na Amazônia torna-se mais visível nas lutas protagonizadas pelos movimentos camponeses e indígenas. No encontro dessas lutas com organizações e movimentos ambientalistas internacionais procurou-se bloquear aquele estilo de produção destrutiva do capital na Amazônia (PAULA, 2005).

É sob esse impasse que as grandes corporações transnacionais, governos, instituições multilaterais e organizações da sociedade civil constroem as bases para a readaptação ou esverdeamento do capitalismo. A Geopolítica do controle dos bens naturais passa a orientar a reterritorialização do capital ancorada nos novos e velhos interesses, valendo-se, sobretudo, da instrumentalização do discurso ambientalista. Em se tratando de América Latina e Caribe, a iniciativa de maior envergadura no sentido de promover essa readaptação, foi a que se efetivou na Amazônia brasileira sob os auspícios do Banco Mundial. Através da implementação do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais–PPG7, logrou-se exitosos resultados. Com financiamento do **Grupo dos 7**, União Europeia e Países Baixos, esse Programa foi gerenciado pelo Banco Mundial, por meio de um fundo criado para essa finalidade o “*Rain Forest Trust Fund*”. Foi instituído pelo governo brasileiro em junho de 1992 e começou a ser implantado em 1995. Foram investidos um total de US\$ 519 milhões, sendo US\$ 463 milhões dos doadores externos e US\$ 53 milhões provenientes do governo brasileiro (PAULA, 2011).

O Acre é considerado o estado que mais avançou na adoção desse reordenamento territorial, difusão do MFS bem como, nas adaptações no seu aparato jurídico político institucional. Por esta razão tem sido apresentado pelos defensores da economia verde como o modelo a ser replicado em outras partes do mundo, como mostra Schmidlehner (2012, p.16),

Enquanto a lucrativa extração física de madeira ainda tem grande importância, hoje, o Governo do Acre está fortemente promovendo as novas formas mais abstratas e virtuais de valoração econômica de recursos naturais. O Estado tem uma posição de destaque nas discussões internacionais, sendo considerado pioneiro na implementação de REDD e serviços ambientais [...]. Existe uma rede de atores que promovem as ideias da economia verde, com a qual o Governo do Acre está bem articulado ou mantém parcerias, entre eles: os grandes bancos como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco BNDES, a Cooperação Técnica do Governo da Alemanha (GIZ), diversas instituições do governo federal do Brasil, ONGs ambientalistas como World Wildlife Fund (WWF), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazonia (IPAM), Forest Trends, Woods Hole Research Center e empresas como, por exemplo, a Biofilica Investimentos Ambientais [...] Após a Avaliação Ecológica do Milênio pela ONU, que impulsionou a discussão dos serviços ambientais a partir de 2005, e após a inclusão de florestas no MDL no acordo climático, que incentivou os programas REDD, o governo acreano avançou rapidamente na implementação de REDD e serviços ambientais, elaborando com apoio dos seus parceiros a Lei 2.308, que cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA). Esta lei prepara a base legal para a comercialização dos serviços.

Quando comparado este caso do estado do Acre com os departamentos de Madre de Dios e Pando, salta aos olhos a impressionante sintonia de estratégias nas iniciativas voltadas para o esverdeamento do capitalismo. A criação das denominadas **áreas protegidas** sob diversas denominações regionais e a disciplinarização das formas de exploração nelas mostra uma tentativa de compatibilizar formas visíveis com aquelas invisíveis de destruição (PAULA, 2012). Chama ainda a nossa atenção o rápido avanço na implementação de projetos de REDD em Madre de Dios, que está mais avançado do que no Acre, como indica o Quadro 1.

Quadro 01 – Proyectos REDD Identificados en Madre De Dios

<i>Proyecto</i>	<i>Ejecutor /Implementador</i>	<i>Etapas</i>
<i>Concesión de Conservación “Los Amigos”</i>	<i>ACCA, Winrock International, Carbon Decisions</i>	<i>En diseño</i>
<i>The Castaña Corridor REDD Project</i>	<i>ACCA</i>	<i>En diseño</i>
<i>Proyecto REDD en el Parque Nacional Bahuaja Sonene y La Reserva Nacional Tambopata</i>	<i>AIDER, Carbon Decisions</i>	<i>Validación</i>

Proyecto	Ejecutor /Implementador	Etapa
<i>Proyecto REDD en Concesiones de Castaña en Madre de Dios</i>	<i>BAM</i>	<i>En diseño</i>
<i>Proyecto REDD en la Comunidad Nativa Infierno</i>	<i>AIDER</i>	<i>En diseño</i>
<i>Proyecto REDD en Concesiones de Reforestación en Madre de Dios</i>	<i>BAM</i>	<i>En diseño</i>
<i>Amarakaeri REDD Project</i>	<i>BIOFOREST</i>	<i>Propuesta</i>
<i>The Belgica Native Community REDD Project</i>	<i>ASESORANDES – Consorcio Comunidad Bélgica/Carbon Decisions</i>	<i>En diseño</i>
<i>Piramide REDD Project</i>	<i>CREES</i>	<i>En diseño</i>
<i>Gestión sostenible para La conservación de dos reservas de biósfera en la Cuenca Amazónica (Perú y Ecuador) mediante La Reducción de Emisiones de CO2 por Deforestación y Degradación de Bosques (REDD)</i>	<i>Cesvi-Perú/DRIS</i>	<i>En diseño</i>
<i>Madre de Dios Amazon REDD Project</i>	<i>GREENOXX/AIDER</i>	<i>Operacional</i>
<i>REDD en el Proyecto Ecoturístico de Concesión “Inkaterra” y las concesiones de conservación de “Bioconservación Amaru Mayo” y “Inkaterra – Tambopata”</i>	<i>INKATERRA</i>	<i>En diseño</i>
<i>Programa de Créditos Ambientales Manu-Amarakaeri</i>	<i>SEP</i>	<i>En diseño</i>
<i>Desarrollo de experiencias piloto REDD con comunidades nativas de tres regiones de la Amazonía Andina peruana</i>	<i>WWF PERU</i>	<i>En diseño</i>
<i>Evaluación de bosques a gran escala en la región de Madre de Dios</i>	<i>MINAM</i>	
<i>Construyendo capacidades a nivel nacional y subnacional para REDD en el Perú</i>	<i>WWF</i>	
<i>Proyecto REDD Madre de Dios</i>	<i>Maderacre, Maderyja/AIDER, Greenox (Uruguay)</i>	

Fonte: Tito (2012).

A diversidade dos agentes envolvidos com REDD mostradas no Quadro 1 (de madeireiras a ONGs) indica a complexidade dos conflitos em torno da disputa

territorial na Amazônia. Um rápido exame do conjunto das lutas travadas atualmente pelos movimentos indígenas e camponeses revela que, para mais além da terra, tem-se lutado para garantir o controle dos demais bens naturais – inclusive do ar que se respira – naqueles territórios conquistados nas lutas de resistências nas três últimas décadas.

Sob esse contexto, os chamados conflitos socioambientais envolvendo terra/território têm se multiplicado, chegando a praticamente 50% no caso peruano (informação verbal)¹⁰. Na Amazônia boliviana, o massacre de mais de duas dezenas de camponeses em *El Porvenir* (setembro de 2008) expressa o acirramento das disputas por terra/território (PAULA; MORAIS, 2010). No caso do Acre, o governo da frente popular não consegue mais conter ou ocultar como antes os conflitos sociais no campo. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra-CPT (2012, p.22), a empresa Laminados Triunfo – detentora de selo verde FSC e da maioria dos PMFS no Acre – foi responsável por mais de um terço do total de famílias envolvidas em conflitos em 2011, isto é, 1.200 de um total de 3.254. Tão grande é a gravidade do problema que no momento em que elaborávamos este artigo recebíamos da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais-STR de Xapuri, Dercy Teles, cópia de uma Petição a ser encaminhada ao Ministério Público Federal solicitando a proibição da exploração madeireira na Resex Chico Mendes,

O meu nome é DERCY TELES DE CARVALHO CUNHA, sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, e desde 2006, quando assumimos a presidência do Sindicato, estamos em luta contra o projeto do governo do Estado do Acre e as Empresas Madeireiras, que sob a batuta do desenvolvimento sustentável planejaram a exploração madeireira na RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES para exportação. Como compreendemos que na lógica do capital não existe sustentabilidade, resolvemos pedir apoio a conceituada comunidade da avaz para que nos ajude nessa batalha de salvar a RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES DA SANHA DO CAPITALISMO VESTIDO DE CAPITALISMO VERDE. Agradecemos antecipadamente o apoio. (CUNHA, 2011).

Tanto a exploração madeireira, agora considerada uma atividade sustentável via MFS quanto os contratos de REDD e outras formas de PSA, resultam na liquidação da relativa autonomia dos camponeses e povos indígenas em seus territórios, como diz a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Dercy Teles,

¹⁰ De acordo com os dados apresentados por Giselle Salazar (CooperAcción), no IV Fórum Social Pan-Amazonia, Santarém, novembro de 2010.

[...] essas políticas só vêm a amordaçar a vida dessas pessoas. Elas ficam sem vez, sem voz. Sem voz porque assinam um contrato que é no mínimo de trinta anos. Disponibiliza a área de moradia delas por trinta anos para que o governo e as multinacionais pesquisem e usufruam de todo o conhecimento da área por uma mixaria que é insignificante. E o mais grave ainda é que elas não podem mais mexer na área, elas não podem mais pescar, elas não podem mais tirar madeira para seu uso, elas não podem mais caçar, elas não podem mais nada. Eu tenho acompanhado o desenvolvimento dessas políticas, inclusive no Pará, que tem situações aonde um morador foi preso por abater uma árvore pra fazer uma canoa pra pescar. Então, na minha opinião, essas políticas nada mais é do que o confinamento dessas populações dentro do seu próprio território, fazendo com que futuramente elas desistam, porque não faz sentido você viver no meio de uma floresta sem poder usufruir dos bens que ela te oferece. A vida não faz sentido. E essas bolsas que estão sendo disponibilizadas nem que fosse de um milhão de reais, mas ninguém vive parado num canto porque a vida perde a razão, né, você vai se sentir inútil, não tem como a pessoa viver parada só comendo e olhando pra mata sem poder fazer tudo aquilo que ele cresceu fazendo, pescando, caçando, andando, fazendo sua roça, etc. (SOUZA, 2012, p.39).

Essa perda de autonomia relatada por Dercy no caso dos territórios florestais ocupados pelos seringueiros, não difere do que ocorre nas Terras Indígenas. Entre tantos exemplos que vieram à tona no período recente, pode-se destacar a denúncia sobre o caso do Povo Munduruku no estado do Pará na reportagem “A terra é dos índios. E o carbono, é de quem?” (VIANA et al., 2012).

Dada à gravidade de magnitude similar no estado do Acre, o Conselho Indigenista Missionário–CIMI (Regional Amazônia Ocidental) protocolou uma ação no Ministério Público Federal–MPF, solicitando a suspensão imediata das ações voltadas para implementação de programas de REDD em terras Indígenas. Esta decisão seguiu o posicionamento adotado pela sua Coordenação Nacional, segundo o qual, com o PSA

[...] a relação com a natureza passa a ser mercantilista, ou seja, os princípios de respeito do ser humano para com a natureza passam a ter valor de mercado e medidos nas bolsas de valores [...]. O povo perde a autonomia na gestão de seu território, em troca de ter os recursos naturais integrados ao mercado internacional. (A NATUREZA..., 2012).

Também por essas razões, no **Abril Indígena** realizado no estado do Acre em 2012, os nove povos que se fizeram representar nas ocupações da FUNAI e outras

manifestações públicas estamparam sua rejeição ao REDD. Dessa maneira somam suas vozes a de outros movimentos mundiais como a *Alianza Global de Pueblos Indígenas y Comunidades Locales sobre Cambio Climático y Contra REDD*, que se opõem ao REDD por considerá-lo uma “[...] *amenaza la supervivencia de los Pueblos indígenas y comunidades que dependen de los bosques y podría resultar el despojo de tierras más grande de todos los tiempos.*” (HIDALGO, 2012, p.5).

Em suma, o conjunto da obra no caso analisado nos permite problematizar com maior profundidade as implicações para os povos e comunidades que vivem das e nas florestas, dessa espoliação capitalista tingida de verde. Trata-se, portanto, de uma entre inúmeras outras iniciativas nessa direção, como mostra o conjunto de artigos publicados recentemente no Compendio Especial *Economia Verde el asalto final a los bienes comunes* na *Revista Biodiversidad Sustentable y Culturas*, editada por *Alianza Biodiversidad & Amigos de la Tierra América Latina y el Caribe & WRM* (ECONOMIA..., 2012).

Considerações finais

No decorrer deste artigo procuramos colocar em evidência a ideia de que, longe de representar uma possibilidade de harmonizar a exploração capitalista e conservação ambiental, o capitalismo verde expressa o contrário. Isto é as adaptações em curso no processo de reterritorialização do capital se caracterizam pelo avanço da espoliação sob novas formas de mercantilização e financeirização da natureza. No caso dos territórios ocupados pelos camponeses e povos indígenas esse processo repercute imediatamente na produção de novos conflitos sociais, como aqueles gerados pela exploração madeireira e programas de REDD. No que diz respeito ao REDD, pode-se dizer que o principal logro do capitalismo verde tem sido o de levar os conflitos para o ar, literalmente.

Desse modo, a expansão do capitalismo verde ao contrário de sinalizar para algum tipo de respeito aos direitos conquistados pelos **Povos da Floresta** em seus territórios, os tem usurpado, seguindo assim a trajetória de transgressões intrínsecas a este modo de produção. Esta usurpação de direitos se processa legalmente por meio das desregulamentações destinadas a promover as adaptações jurídicas às novas formas de mercantilização e financeirização dos bens naturais. Em que pese a necessidade de aprofundamento das investigações sobre esse processo, pode-se sugerir que as possibilidades de harmonização entre lucratividade do capital, conservação ambiental e resolução dos conflitos sociais parecem mesmo concretizáveis somente nas cartilhas dos defensores do capitalismo verde. Neste sentido, parece-nos que as iniciativas de uma parcela crescente de movimentos

indígenas e camponeses de combaterem MFS, PSA e REDD para assegurarem a defesa de seus territórios, tendem a por em cheque os novos consensos em torno da espoliação esverdeada.

***THE CONFLICT IS IN THE AIR: THE PEOPLE FROM THE FOREST
AND THE SPOLIATION UNDER THE GREEN CAPITALISM***

ABSTRACT: *The year 2011 was highlighted by two events that translate reasonably the conflicts around the natural resources spoliation under the green capitalism insignnia. The first was noticed by the designation, according to UN, as the “International Year of Forest” and the publication of two files issued by FAO and ITTO, which present in a more accomplished view the directives for the “sustainable” exploration of the forests. Besides the wood extraction and biodiversity products, it institutes the payment for environmental services – PES. The second event was the reaction of the “People from the Forest” in several regions of the Planet against this new way of spoliation. The present article aims at analyze these conflicts, taking as reference the tri-national boundary Brazil/Bolivia/Peru. The analysis is supported by developed researches and the conclusions have shown that, instead of granting the territorial rights conquered by the “People from the Forest”, these rights have been despoiled.*

KEYWORDS: *People from the forest. Amazon. Socio-environmental conflicts. Green capitalism.*

Referências

ALBERT, B.; RAMOS, A. R. (Org.). **Pacificando o branco cosmologias do contato no Norte-Amazônico**. São Paulo: UNESP, 2002.

CARBONO financia manejo florestal. **Valor Online**, São Paulo, 24 out. 2012. Disponível em: <<http://www.ghgprotocolbrasil.com.br/index.php?r=noticias/view&id=249620>>. Acesso em: 03 jan. 2013.

CARDOSO, F.; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo. Brasiliense, 1978.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA [CPT]. **Conflitos no campo**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.

CUNHA, D. T. C. Assine a petição: que seja proibida a exploração de madeira dentro da Reserva Chico Mendes. **AVAAZ. ORG Petições da comunidade**, 2011. Disponível em: <https://secure.avaaz.org/po/petition/Que_seja_proibida_a_Exploracao_de_Madeira_dentro_da_Reserva_Chico_Mendes/sign/>. Acesso em: 20 set. 2012.

ECONOMIA verde el asalto final a los bienes comunes. **Revista Biodiversidad: Sustento y Culturas**. México, e.d es., p.01-120, 2012.

GRAMSCI, A. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HIDALGO, H. Nace la alianza global de pueblos indígenas y comunidades locales sobre cambio climático y contra REDD. **Cobertura Forestal: Boletim de la Coalición Mundial por los Bosques sobre Política Forestal Internacional**, [S.l.], n.40, p.01-16, abr. 2012. Disponível em: <<http://censat.org/ir-a-biblioteca-virtual/file/70-cobertura-forestal-no-40>>. Acesso em: 20 set. 2012.

ITTO. **Guidelines for the sustainable management of natural tropical forests**. Yokihma: ITTO, 1990.

LEAL, A. L. **Sinopse histórica da Amazônia: uma visão política**. São Paulo: EDUSP, 1991. (Cadernos do Centro de Estudos do Terceiro Mundo).

LHOMANN, L. **Mercados de carbono: la neoliberalización del clima**. Quito: Abya-Yala, 2012.

MARTINEZ, E.; ACOSTA, A. A modo de prólogo entre las formas de vida contactadas con la naturaleza y aquellas contactadas con el capital. In: LHOMANN, L. **Mercados de carbono: la neoliberalización del clima**. Quito: Abya-Yala, 2012. p. 01-06.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

NACIONES UNIDAS. Documento final de la conferencia: el futuro que queremos. In: Rio+20 – CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE EL DESARROLLO SOSTENIBLE, 2012, Rio de Janeiro. **[Documentos]** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/content/documents/778futurewewant_spanish.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2013.

NADAL, A. R. Río+20: sumisión al poder financiero. **Sinpermiso**, [S.l.], 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=5106>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

A NATUREZA não tem preço: capitalismo verde é neocolonialismo. Diga NÃO ao REDD! Brasília: CIMI, 2012. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6089&action=read&page=2>. Acesso em: 03 mar. 2013.

OIMT. **Actualidad Forestal Tropical**. Boletín de la Organización Internacional de las Maderas Tropicales para fomentar la conservación y el desarrollo sostenible de los bosques tropicales. Yokohama: OIMT, v.18, n.3, 2011.

OLIVEIRA, A. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. São Paulo: Papiрус, 1989.

PAULA, E. A. de. La doble cara de la destrucción de los bosques tropicales en America latina y el Caribe: las revelaciones de la ‘economía verde’ en Acre. **Revista Biodiversidad: Biodiversidad Sustentable y Culturas**. México, ed.esp., p.13-29, 2012.

_____. **Transgredindo fronteiras**: Amazônia no espelho de Caliban. México: UNAM, 2011.

_____. **(Des) envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PAULA, E. A.; MORAIS, M. de J. M. Nos labirintos das fronteiras Amazônicas. In: VALENCIO, N.; PAULA, E. A. de; WITKOSKI, A. C. **Processos de territorialização e identidades sociais**. São Carlos: Rima, 2010. p.01-20. v. I.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIBEIRO, S. Los verdaderos colores de la economía verde. **Eco Portal.net**, 06 dez. 2011. Disponível em: <http://www.ecoport.net/Temas_Especiales/Economia/Los_verdaderos_colores_de_la_economia_verde>. Acesso em: 06 jun. 2012.

SCHMIDLEHNER, M. F. A função estratégica do Acre na produção do discurso da economia verde. In: **DOSSIÊ Acre**: documento especial para a cúpula dos povos: o Acre que os mercadores da natureza escondem. Rio de Janeiro: Conselho Indigenista Missionário, 2012. p.13-20. Disponível em: <http://www.agb.org.br/documentos/dossie_acre.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

SITUACIÓN DE LOS BOSQUES DEL MUNDO. Roma: Organización de las Naciones Unidas para la agricultura y la alimentación, 2011. Edición bienal. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/i2000s/i2000s00.htm>>. Acesso em: 20 set. 2012.

SOUZA, I. P. D. de. Entrevista com Dercy Teles de Carvalho Cunha. In: **DOSSIÊ Acre**: documento especial para a cúpula dos povos: o Acre que os mercadores da natureza escondem. Rio de Janeiro: Conselho Indigenista Missionário, 2012. p.37-39. Disponível em: <http://www.agb.org.br/documentos/dossie_acre.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

TITO, M. R. **Promoviendo REDD+ para el desarrollo sostenible de Madre de Dios**. Lima: WWF Forest & Climate Initiative, 2012.

TORRES, M. (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR 163**. Brasília: CNPq, 2005.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VIANA, N. et al. A terra é dos índios. E o carbono, é de quem? **Rede Brasil Atual**, 10 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2012/03/a-terra-e-dos-indios.-e-o-carbono-e-de-quem>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

WORLD RAINFOREST MOVEMENT MONTHLY BULLETIN. Montevideo: WRM, **Boletim** n.175, fev. 2012. Disponível em: <<http://wrm.org.uy/bulletins/issue-175/>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

Recebido em 13/12/2013.

Aprovado em 29/05/2013.

